



Território, trabalho e gênero: mulheres quebradeiras de coco babaçu na Educação Ambiental Crítica

Graziela da Silva Dantas¹

Universidade Federal do Maranhão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4624-3492>

Maria Consuelo Alves Lima²

Universidade Federal do Maranhão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2514-9069>

Resumo: Na atual crise socioambiental, vivências e sociabilidades das mulheres quebradeiras de coco babaçu inspiraram a proposição deste estudo, que tem a Educação Ambiental Crítica como ferramenta de contraposição à intensificação dos processos de desenvolvimento econômico capitalista. Capítulos de *Na Terra das Palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão* (BARBOSA, 2014) foram analisados com base na Teoria Crítica na Educação Ambiental e nos pressupostos da ecologia marxista. Os resultados revelam: a existência de elementos que viabilizam a representação dos povos tradicionais em abordagens socioambientais críticas; as quebradeiras como propulsoras em abordagens da dimensão ambiental em toda sua complexidade, incluindo as dimensões de trabalho e gênero no modelo de desenvolvimento capitalista; e o papel das extrativistas na luta por uma sociedade justa, culturalmente diversa e ecologicamente sustentável, especialmente quando mediadas pela Educação Ambiental.

Palavras-chave: Povos Tradicionais; Crise Socioambiental; Ecologia de Marx.

Territorio, trabajo y género: mujeres rompedoras de babasú en la Educación Ambiental Crítica

Resumen: En la actual crisis socioambiental, las experiencias y la sociabilidad de las “mujeres rompedoras de babasú” inspiraron la propuesta de este estudio, que utiliza la educación ambiental crítica como herramienta

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: grzdantas@gmail.com.

² Doutora, mestre e graduada em Física pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Pós-doutora em ensino e práticas culturais, pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora titular do Departamento de Física da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática – PPECEM (stricto sensu) da UFMA. E-mail: mca.lima@ufma.br.

para contrarrestar la intensificación de los procesos de desarrollo económico capitalista. Los textos de Barbosa (2014), *Na Terra das Palmeiras: Gênero, Trabalho e Identidades no Universo das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão*, fueron analizados a partir de la Teoría Crítica en Educación Ambiental y los supuestos de la ecología marxista. Los resultados revelan: la existencia de elementos que posibilitan la representación de los pueblos tradicionales en enfoques socioambientales críticos; los rompedores como impulsores de enfoques de los problemas ambientales en toda su complejidad, incluidas las dimensiones del trabajo y el género en el modelo de desarrollo capitalista; el papel de los extractivistas en la lucha por una sociedad justa, culturalmente diversa y ecológicamente sostenible, especialmente cuando está mediada por la educación ambiental.

Palabras-clave: Pueblos Tradicionales; Crisi Socioambiental; Ecología de Marx.

Territory, work, and gender: women babassu coconut breakers in Critical Environmental Education

Abstract: In the current socio-environmental crisis, experiences and sociability of “babassu coconut breakers women” inspired the proposition of this study, which uses critical environmental education as a tool to counteract the intensification of capitalist economic development processes. Texts by Barbosa (2014), *Na Terra das Palmeiras: Gênero, Trabalho e Identidades no Universo das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão*, were analyzed based on the Critical Theory in Environmental Education and on the assumptions of Marxist ecology. The results reveal: the existence of elements that enable the representation of traditional peoples in critical socio-environmental approaches; the extractives as drivers of approaches to environmental issues in all their complexity, including the dimensions of work and gender in the capitalist development model; the role of extractives in the struggle for a just, culturally diverse and ecologically sustainable society, especially when mediated by environmental education.

Keywords: Traditional Peoples; Socioenvironmental crisis; Marx's Ecology.

Introdução

A crise socioambiental atual é compreendida como uma complexa relação entre as questões ambientais e as questões sociais da modernidade (LOUREIRO; LIMA, 2009). Em meio a esse desequilíbrio socioambiental, este estudo propõe a Educação Ambiental Crítica como ferramenta de contraposição, facilitada por uma abordagem das vivências e sociabilidades de povos e comunidades tradicionais, como as mulheres quebradeiras de coco babaçu, no estado do Maranhão.

Norteadado pelo questionamento “Como o conhecimento de sociabilidade e de trajetórias de mulheres quebradeiras de coco babaçu, no Maranhão, pode contribuir para a Educação Ambiental Crítica?”, este estudo analisa o contexto e a história de quebradeiras de coco babaçu, na perspectiva educativa ambiental crítica. Parte-se de registros históricos dessas extrativistas e busca sustentar a discussão entre propostas de autores da Educação Ambiental crítico-marxista, vinculadas à Teoria Crítica, e a perspectiva ecológica de Marx (FOSTER, 2005; LOUREIRO, 2005, 2006).

O campo pedagógico ambiental é, ainda, um campo em consolidação, apresentando-se diverso em posições político-pedagógicas e em práticas educativas, com forte perfil conservador de lógica homogeneizadora dos conhecimentos, que são predominantes nas práticas educativas ambientais brasileira. A análise da articulação, aqui produzida, buscou atuar como ferramenta de reflexão e aproximação da dimensão ambiental, em toda a sua complexidade, à Educação Ambiental crítica, de caráter dialógico e transformador.

As reflexões em torno de relações que superem a dicotomia sociedade-natureza e a dinâmica social dominante aproximam novas perspectivas e atuações no campo ambiental e no campo das abordagens pedagógicas ambientais, capazes de compreender e de transformar o cenário de uma complexa crise construída ao longo da história. Essas relações entre humanos e natureza explicitam as contradições advindas do sistema hegemônico vigente em suas múltiplas facetas. Neste estudo, explicitam-se trajetórias de mulheres quebradeiras de coco babaçu, ricas em cultura e em lutas socioambientais relacionadas às palmeiras de babaçu e à floresta como um todo, que abrem caminhos para outras epistemologias em Educação Ambiental, indispensáveis no processo de construção de sociedades sustentáveis.

A Educação Ambiental Crítica e os povos tradicionais

A intensificação dos processos de desenvolvimento político-econômico capitalista, como as forças produtivas, a concentração de renda e a exploração social e ambiental, culminou para o que hoje conhecemos como a crise socioambiental. De acordo com Leff (2016), esse cenário de constante injustiça social e ambiental direciona para a chamada crise civilizatória, originada e mantida por uma falha de conhecimento. Essa crise civilizatória, segundo Guimarães (2004, p. 26), é

uma compreensão de mundo que tem dificuldades em pensar o junto, conjunto, totalidade complexa. Focado na parte, vê o mundo partido, fragmentado, disjunto. Privilegiando uma dessas partes, o ser humano, sobre as demais, natureza, estabelece uma diferença hierarquizada que constrói a lógica da dominação. [...] denotando a crise socioambiental que é de um modelo de sociedade e seus paradigmas; uma crise civilizatória.

O cenário de crise é caracterizado por uma visão que trata a relação entre sociedade e natureza como uma dicotomia, como partes fragmentadas. Esse quadro comumente impulsiona injustiças e conflitos socioambientais às populações como os extrativistas, os ribeirinhos, os indígenas, os quilombolas e tantos outros povos tradicionais, que – habituados a outras formas de sociabilidade e de relação com a terra – superam o modelo capitalista e seus paradigmas (LAYRARGUES, 2012; LOUREIRO, 2020).

A Educação Ambiental sugerida como ferramenta de contraposição às mazelas do quadro socioambiental construído tem sido crescente em pesquisas que relacionam a Educação Ambiental e os povos tradicionais no Brasil, em estudos como os de Guimarães e Medeiros (2016), Vieira e Souza (2018) e Loureiro (2019, 2020). A Educação Ambiental, pertencente à vertente crítica, abrange uma prática reflexiva das dinâmicas socioecológicas e prevê transformações dos conjuntos das relações estabelecidas (LOUREIRO, 2005, 2006).

Ancorada na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que se fundamenta na teoria e no método dialético de Karl Marx, a Educação Ambiental Crítica visa, entre outros objetivos, superar as relações alienadas³ e promover esclarecimentos e reflexões sobre as dinâmicas dos modos de produção capitalista. Os processos de expropriação do trabalho, do uso intensivo da natureza, da hegemonia e da desigualdade social são, segundo Marx, constituintes do metabolismo sociedade-natureza no desenvolvimento capitalista (LOUREIRO, 2015).

O envolvimento de povos tradicionais na prática pedagógica constitui uma forma de “situar concretamente a prática educativa no contexto sociocultural e econômico e em suas contradições” (LOUREIRO, 2019, p. 75). Guimarães e Medeiros (2016), em uma discussão sobre epistemologias em Educação Ambiental, a partir de saberes tradicionais indígenas, direcionam a prática educativa para uma reflexão crítica do quadro dominante, possibilitada pela vivência dos(as) educadores(as) com outras epistemologias, como a dos povos tradicionais.

³ Relações alienadas como a transformação do outro em mercadoria, “coisificação”, a qual atua como práxis de dominação.

As epistemologias caracterizadas pelo respeito aos ciclos naturais e por sociabilidades próprias mostram a vida humana em sociedade e com a natureza mediadas pelo trabalho para além do capital e da forma moderno-colonial vigente. Para a Educação Ambiental em sua vertente crítica, essas epistemologias são potenciais instrumentos de reconhecimento da crise socioambiental e de suas possibilidades de subversão. Segundo Loureiro (2019, p. 112), é necessário “saber de que lado se está na história e se a Educação Ambiental se fará no sentido das transformações sociais necessárias à vida em sua pujança e diversidade”, caracterizando uma educação como ato político e como ferramenta de emancipação.

O percurso metodológico

Este estudo, norteado por uma abordagem qualitativa de cunho documental, buscou analisar o universo das mulheres quebradeiras de coco babaçu no estado do Maranhão e suas relações e possibilidades na Educação Ambiental de vertente crítica.

Foram analisados os capítulos “*Conflitos sociais no campo*” e “*Mulheres em Movimento*”, do livro *Na Terra das Palmeiras: Gênero, Trabalho e Universo das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão* (BARBOSA, 2014). A obra investiga e discute as vivências das extrativistas, suas formas de sociabilidade e de relação com a natureza, especialmente com a palmeira e o fruto babaçu. O livro também adentra no cenário de conflitos rurais no estado e na construção do grupo das extrativistas. A escolha do livro foi motivada por apresentar um estudo com foco em questões locais do estado do Maranhão.

Nortearam esta pesquisa as relações entre as vivências e a história das mulheres quebradeiras de coco babaçu apresentadas por Barbosa (2014), e princípios e premissas da Educação Ambiental Crítica, com base nas propostas teórico-metodológicas relatadas por Loureiro (2005), em que as premissas da Teoria Crítica na Educação Ambiental são:

- A crítica (à sociedade, à ciência e à argumentação) e a autocrítica (pessoal) são princípios metodológicos;

- A verdade científica está em sua comprovação prática na história, no conhecimento poder ser aplicado para ajudar a humanidade a superar as relações de dominação, alienação e expropriação;
- Teoria e prática não estão descoladas. Conhecer e agir são dimensões próprias que ganham condição para transformar a realidade à medida que se relacionam e se constituem mutuamente;
- Ciências e valores culturais estão ligados e não há como separá-los na pesquisa;
- A ciência crítica é revolucionária, visa superar a dicotomia sujeito-objeto e a mercantilização da vida. Estas são entendidas como características inerentes ao metabolismo da sociedade capitalista;
- A ciência crítica se faz partindo do princípio de que nada, nenhum fato ou fenômeno é compreensível em si mesmo, mas somente em relações, formando uma totalidade complexa. (LOUREIRO, 2005, p. 326, 327)

Vinculada aos pressupostos dialéticos, a Teoria Crítica na educação se apresenta em diferentes formas, de acordo com diferentes autores e autoras de vertente crítica, a exemplo de Paulo Freire, Demerval Saviani e Marilena Chauí, os quais apresentam suas particularidades. Segundo Loureiro (2005, p. 327), “é comum o respeito não somente aos princípios já mencionados, mas a explícita vinculação entre casos estudados e contexto, e entre análises culturais e processos econômicos e históricos”. Este estudo foi desenvolvido sob a vertente marxiana, utilizando-se, também, de referenciais da ecologia segundo Marx.

As mulheres quebradeiras de coco babaçu e a Educação Ambiental Crítica

Há diversos elementos que viabilizam a representação dos povos tradicionais nas abordagens socioambientais críticas. Loureiro (2019) elenca elementos que o levam a sugerir grupos tradicionais como prioritários no ato educativo diante do cenário socioambiental capitalista, tendo em vista que: I) são grupos com elevado grau de vínculo com a terra – seu território; II) suas formas de relações de trabalho e impactos no ambiente refletem diferentes formas de se relacionar com a natureza, demonstrando uma visão de interdependência; e III) comumente, esses grupos possuem seus direitos básicos e específicos dificultados ou negados.

Os elementos representativos dos povos tradicionais podem ser relacionados em uma abordagem do quadro de conflitos territoriais ao longo da história da expansão capitalista na agropecuária. Segundo Layrargues (2012), o conjunto da comprovada ineficácia do

metabolismo industrial capitalista e a injustiça ambiental, que ocasiona o esgotamento dos recursos naturais, atinge a parcela de populações que vive outras relações com o ambiente natural, como os povos extrativistas. Para o autor, “é nesse desastroso encontro desses modos originais e originários de viver com o novo horizonte desenvolvimentista que não apenas se verificam os impactos ambientais, mas as injustiças e desigualdades ambientais” (LAYRARGUES, 2012, p. 403-404) impostas às comunidades tradicionais.

No quadro de conflito territorial, são abordadas a trajetória e as vivências das mulheres quebradeiras de coco babaçu, conhecidas atualmente pelo Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Esse movimento é constituído por grupos de mulheres que lutam pela preservação e pelo livre acesso aos babaçuais, pela garantia de acesso às terras, pelas políticas públicas direcionadas ao extrativismo e pela equidade de gênero e étnico-racial. Atualmente, o MIQCB está presente em quatro estados: Piauí, Tocantins, Pará e Maranhão, explicitando a significação territorial que está além das oficializadas nas divisões geopolíticas (BARBOSA, 2014).

Território

As palmeiras de babaçu oferecem variadas fontes de trabalho e inspiração para as quebradeiras de coco em diferentes atividades. Do fruto são aproveitadas todas as partes, usadas para fins alimentícios, extração de óleos e matéria-prima para o artesanato. É com o resultado da coleta e da quebra do coco babaçu que as extrativistas mantêm o sustento para as suas famílias. As relações estabelecidas entre as extrativistas e os recursos naturais refletem uma atividade produtiva com baixa interação mercantil e de menor impacto aos recursos naturais, com o favorecimento de práticas orgânicas na terra. Somam-se a essas relações as sociabilidades das comunidades, que favorecem uma organização produtiva de cunho coletivo (LOUREIRO, 2019; SILVA et al., 2016).

De uma forma geral, o vínculo dos diferentes grupos tradicionais com seus territórios é caracterizado, principalmente, pelas práticas culturais e econômicas em ordem de subsistência. Comumente, as produções são diversificadas, revelam dependência e respeito

ao território e aos seus calendários, constituídos de variedades de ciclos, longos e curtos, que refletem a complexidade funcional de relação com a heterogeneidade espacial e temporal (EMPERAIRE, 2021; LOUREIRO, 2019).

O conhecimento e as técnicas de trabalho utilizados na terra, construídos pelos povos tradicionais, são transmitidos e fundamentais no modelo de relação com a natureza, passados de gerações em gerações. Loureiro (2019, p. 76) afirma que “as técnicas tradicionais são transmitidas no contato com a terra e pelo trabalho, respeitando-se os ciclos e características da natureza com as quais interagem e se formam como povos” e que, comumente, essa relação com o território é tão profunda a ponto de, em eventos de realocação de suas terras para outras distantes, esses grupos tradicionais ou camponeses chegarem a perder a capacidade de plantio e a produção como costumavam ter no seu território de origem.

A relação dos povos tradicionais com o seu território está intrinsecamente ligada a questões de preservação da biodiversidade em termos de espécies e da integridade dos ecossistemas. De acordo com Diegues (1992, 2000), onde há comunidades tradicionais, há diversidade cultural e biológica. A forma como os povos utilizam seus conhecimentos para lidar com o solo e as espécies garante a sobrevivência deles e a diversidade biológica. Uma diversidade biológica é definida além da relação com o mundo natural, mas também em uma construção sociocultural e histórica, em que “as espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas” (DIEGUES, 2000, p. 1).

Para as quebradeiras, o fruto e as palmeiras de babaçu representam fontes de inspiração para poesias, músicas, danças, e refletem um modo de viver próprio, uma identidade. As quebradeiras de coco babaçu tornam possível conhecer a conciliação entre a preservação do ambiente e a geração de renda por meio do valor cultural e ambiental. As formas de trabalho e de relação com a natureza e, especialmente, com o coco babaçu refletem uma superação das dicotomias sujeito-objeto e sociedade-natureza, características inerentes do capitalismo (BARBOSA, 2014; LOUREIRO, 2005; SILVA et al., 2016).

Uma das premissas da Educação Ambiental vinculada à Teoria Crítica, segundo Loureiro (2005), está direcionada à superação da dicotomia sujeito-objeto. O modelo dicotômico atua de forma inerente ao sistema de desenvolvimento capitalista e conduz a uma condição de falha na relação entre sociedade e natureza. Esta relação, segundo Foster (2005), ao abordar a ecologia de Marx, explicita como o metabolismo sociedade-natureza⁴, em condição de uma dicotomia, origina a denominada “falha (rift) irreparável”, que produz e mantém a degradação ambiental. A falha irreparável atua por meio das relações de produção capitalistas e, especificamente, da separação entre cidade e campo, entre os seres humanos e a terra.

Em contraposição ao cenário de falha irreparável, a formação e a consolidação do movimento das quebradeiras se opõem principalmente à geração de monoculturas e à homogeneização do território, que articulam ações tipicamente capitalistas (BARBOSA, 2014). Antes de as quebradeiras de coco serem reconhecidas e organizadas em um movimento interestadual, elas haviam percorrido uma longa e árdua jornada, vivenciada inicialmente por meio de conflitos históricos no meio rural. Do período da abolição⁵ aos anos de 1950, por exemplo, o País passou por “uma fase de transição entre a atividade produtiva da grande propriedade exportadora e a consolidação de uma estrutura produtiva fragilmente articulada no capitalismo industrial, num amplo processo de expansão no Centro-Sul” (BARBOSA, 2014, p. 85), o que gerou modificações nas relações de trabalho no campo e intensos conflitos rurais.

A formação do movimento MIQCB se deu no quadro de conflitos sociais no campo, a partir das mudanças econômicas relacionadas à agricultura e à agropecuária, alterando intensamente as relações de trabalho das extrativistas, discutidas a seguir.

Trabalho

⁴ Termo utilizado por Marx para descrever como o homem, através de suas próprias ações, regula e controla o próprio metabolismo entre ele e a natureza.

⁵ Período ocorrido no Brasil, iniciado após a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, a partir de quando foi oficializada a extinção do trabalho escravo dos negros africanos e dos afro-brasileiros em todo território nacional.

Na década de 1960, ocorreram grandes transformações – particularmente danosas ao extrativismo – nos rumos da agricultura local e nacional:

Com a emergência da chamada modernização conservadora e do padrão corporativista, mudanças de base técnica e produtiva, maior integração entre os capitais financeiro, industrial e agrário fundamentaram os novos parâmetros de acumulação na agricultura brasileira somada às novas formas de dominação sobre as populações rurais. (BARBOSA, 2014, p. 82)

Os parâmetros econômicos vigentes favoreceram novas formas de estrutura agrária em relação à posse de propriedades rurais, especificamente, a presença e a concentração fundiária, que estimularam novas formas de relações de trabalho. Essas modificações impulsionaram a ação de movimentos sociais, que geralmente envolviam questões de privatização de terras e grilagem, quadro de origem dos conflitos sociais no campo, historicamente identificados por diferentes formas de violência social e ambiental. No estado do Maranhão, grandes áreas de florestas de babaçuais (*Orbignya phalerata*), juçarais (*Euterpe olareaceae*), buritizais (*Mauritia flexuosa*) e tucunzais (*Astrocaryum aculeatum*) foram degradadas para o desenvolvimento de monoculturas, como o dendê (*Elaeis guineenses*), a soja (*Glycine max*), o eucalipto (*Eucalyptus spp.*) e como reserva de pasto para a pecuária, comprometendo as atividades extrativistas e causando desequilíbrio ambiental (BARBOSA, 2014).

O modelo desenvolvimentista capitalista tem ocasionado grandes impactos e injustiças socioambientais e

é a constatação explícita das contradições desse modelo de desenvolvimento: um modelo de desenvolvimento onde aqueles que se apoderam dos benefícios da produção e acumulação da riqueza decidem a destinação dos custos inerentes desse processo. [...] é toda uma enorme massa de famílias que precisam se sacrificar sendo impedidas, desalojadas, remanejadas, assassinadas e muitas vezes também afetadas severamente pela poluição e degradação ambiental, tudo em nome da realização de um projeto societário que não lhes diz respeito, em absoluto. (LAYRARGUES, 2012, p. 404)

A relação entre a dinâmica geopolítica, a econômica e a pauta ambiental na América Latina, e, em particular no Brasil, dispõe de um conjunto de fatores favoráveis à acumulação do Capital, que vão desde a significativa biodiversidade, a terra fértil e o clima favorável, ao

alto potencial de privatização de bens ambientais e à mão de obra barata e não qualificada. Esse quadro culmina sempre em um metabolismo relacionado ao esgotamento de algum recurso natural e de injustiças ambientais que acometem populações de zonas rurais, como os povos tradicionais (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

O crescimento do modelo desenvolvimentista nas terras livres com o incentivo do governo ocasionou no Maranhão, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, uma nova estrutura agrária, com posses e cercamentos de terras, período em que as quebradeiras perderam o acesso livre ao babaçu e sofreram mudanças nas relações de trabalho. Passaram do “tempo do coco liberto” para o “tempo do coco preso”, como as extrativistas caracterizam essas mudanças, demonstrando sua demarcação temporal relacionada ao trabalho com o fruto (BARBOSA, 2014).

O tempo de coco babaçu preso, imposto pela concentração fundiária,

foi o momento em que as famílias rurais ficaram sujeitas a manipulações econômico-comerciais de fazendeiros, sendo implantados vários mecanismos a fim de subjugar-las. Os trabalhadores ficaram submissos aos donos de “barracões”, sendo obrigados a vender o coco ou trocá-lo por gêneros alimentícios nas próprias fazendas. Nesse período, vários contratos extrativistas foram implantados para reger a coleta, quebra e venda do coco. [...] Ocorria que os fazendeiros/grileiros, além de pagarem um valor ínfimo pelo quilo do coco, adulteravam o peso do produto em seu favor. (BARBOSA, 2014, p. 99)

Segundo Barbosa (2014), a dominação dos fazendeiros no acesso aos babaçuais e a destituição das terras livres foram determinantes para os conflitos rurais no Maranhão. Processos de cercamentos de terras se tornaram comuns, objetivando impedir a passagem das extrativistas. Até em áreas em que não se desenvolvia a pecuária, muitos fazendeiros derrubaram a floresta e os babaçuais para formar pastagem, com o propósito de evitar a entrada de extrativistas nas áreas. Versos da poesia de uma quebradeira de coco, em 1988 – “Tenho quatro filhos, nenhum tem pai / Assim, não tenho dono, que nasci para dominação nenhuma / O babaçu também era assim, nunca ninguém plantou, nem agudou / Mas hoje o babaçu está preso” (TEMPOS NOVOS, 1990, p. 5, apud BARBOSA, 2014, p. 99) – reflete a percepção de perda, de imposição para a desnaturalização do uso da terra e de seus recursos naturais, representada pela palmeira de babaçu.

Foster (2005), com base nos escritos de Marx, discute o processo de destituição do campesinato como iniciado por meio do cercamento das terras comuns. Para o autor, a indústria e a agricultura de larga escala estão relacionadas diretamente com a exploração e o empobrecimento do solo e do trabalhador. Enquanto a grande propriedade fundiária é crescente, a população agrícola, por sua vez, é reduzida e sempre declinante.

Marx (2017, p. 380) descreve esse tipo de processo como uma dinâmica que

[...] desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais.

Os aspectos envolvidos na falha metabólica sociedade-natureza desempenham um papel fundamental para a Educação Ambiental Crítica. Apoiado em Marx e Engels (2007), Loureiro (2019, p. 96) discute a importância da ênfase em questões que diferenciam as formas sociais e os momentos históricos: “o que precisa ser explicado não é o fato de sermos natureza, mas o que levou à fratura metabólica sociedade-natureza, às ideologias que concebem o ser humano separado da natureza”. Para a Educação Ambiental crítica, essa ênfase direciona e reforça a importância de desenvolver a percepção dos meios que reproduzem a visão dicotômica de mundo.

Para Guimarães (2011), ter conhecimento das causas dos problemas ambientais em toda sua complexidade constitui o primeiro passo para compreender a dinâmica dos problemas ambientais, que produz consequências na postura antrópica exploratória em relação à natureza. Essa postura é “o resultado das relações sociais constituídas e constituintes de um meio de produção, promotor de um modelo de desenvolvimento, que imprime uma forma de relação entre sociedade e natureza” (GUIMARÃES, 2011, p. 16). Portanto, essa postura não atua de forma inerente ao ser humano, e os problemas ambientais não são um processo natural do meio ambiente.

O governo do estado do Maranhão, com a chamada “Lei de Terras Sarney” (Nº 2.979/1969), estimula a implantação de monoculturas no estado, pela privatização de terras

públicas para o incentivo à agropecuária e à agroindústria, excluindo as famílias rurais do acesso à terra e, especialmente, aos babaçuais. A Lei de Terras Sarney foi considerada um estopim para os conflitos sociais no campo local. Mas, ao longo do tempo, como subversão, as quebradeiras conquistaram a implantação da lei municipal, a denominada “Lei Babaçu Livre” em alguns municípios dos estados de abrangência. Posteriormente, a Lei Federal Nº 747/2003 instaurou a preservação e o livre acesso às palmeiras de babaçu por extrativistas, determinando o seu uso comunal. A lei constitui o princípio de respeito à dignidade humana e da vida e representa a justa distribuição de renda e da função social da propriedade, pois modifica a propriedade privada, o que causou conflitos com fazendeiros (BARBOSA, 2014).

Apesar de implantada, a lei do babaçu não é garantida às quebradeiras, as quais ainda lutam pela manutenção de seus direitos e para impedir a destruição das palmeiras, enfrentando fazendeiros e grileiros.

Declarações de trabalhadoras rurais mostram que a luta é contínua e que elas enfrentam ameaças constantes. Nas palavras de

dona Sebastiana Silva, responsável pela comissão temática Lei do babaçu livre e sócia da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR) de Lago do Junco, no Maranhão: “Sofremos ameaça dos fazendeiros, nos unimos e criamos a Lei, mas só funciona se você tiver lá, vendo o que tá acontecendo. Precisa do nosso empenho pra que eles não fiquem soltos fazendo o que querem”. (BARBOSA, 2014, p. 121)

A Educação Ambiental, por estar pautada na Teoria Crítica, é direcionada para a “argumentação em favor da racionalidade emancipatória e da liberdade” (LOUREIRO, 2005, p. 325). O quadro hegemônico capitalista, em posição oposta, origina e mantém relações reduzidas, caracterizadas pela priorização de uma parte sobre o todo, do interesse de um sobre o outro, estabelecendo relações de poder. O padrão de relação de dominação caracteriza uma hierarquia entre “superiores/melhores e inferiores”: civilizados e primitivos; desenvolvidos e subdesenvolvidos, e produz reflexos também nas relações étnico-raciais, de gênero e da sociedade com a natureza, além de favorecer a exclusão de uma cultura diversa (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2016).

A dicotomização excludente da diversidade, como uma das muitas consequências do padrão de dominação, ocorre

pelas relações de poder, a primazia de determinadas posições como sendo as verdades e caminhos únicos, em que qualquer outros são colocados à margem da realidade social que se constitui hegemonicamente. É desta forma que se apresenta a epistemologia científica da modernidade, como o conhecimento maior, detentor da verdade do real e que no contato com outros saberes os subjuga, ou pela exploração desses saberes, ou por seu silenciamento. (GUIMARÃES; MEDEIROS, 2016, p. 52)

Diante das múltiplas dimensões relacionadas ao cenário de crise, Silva et al. (2015) propõem uma reflexão acerca da relação social entre capital e trabalho sob a perspectiva das questões de gênero, como princípio educativo mediado pela Educação Ambiental. Essa educação, fundamentada na perspectiva crítico-dialética marxista, que inclui a Educação Ambiental na luta de classes e de gênero, é discutida a seguir.

Gênero

A Educação Ambiental como um campo social (LAYRARGUES; LIMA, 2014) e, portanto, como um processo político, pressupõe o conhecimento e atua para superar as relações de dominação e expropriação impulsionadas pelo modelo de desenvolvimento vigente. Apoiado na Educação Ambiental como um fator contribuinte à mudança social, Layrargues (2011, p. 90) considera que a alteração da relação entre sociedade e natureza só será possível, se conduzida em conjunto com as modificações das próprias relações sociais e o estabelecimento de “uma nova relação, que não seja mediada (exclusivamente pelo menos) pelo capital” e suas características relações de dominação.

Para Oliveira et al. (2020), a questão dos conflitos ambientais e a resistência comunitária e originária evidencia a participação de diversos grupos e sujeitos sociais e desenvolve um forte papel na preservação dos territórios. Entre os variados cenários de luta em defesa dos recursos naturais e da sociobiodiversidade, as mulheres possuem papel central por meio de movimentos ecológicos, movimentos de mulheres, grupos comunitários

e organizações não governamentais, que defendem modelos de sociedade alternativos ao dominante.

O vínculo das mulheres quebradeiras com o território, com a palmeira e o fruto babaçu gera produção cultural, trabalho e renda, e reflete sociabilidades não mediadas pelos ideais capitalistas, como a inclusão da dimensão de relações de gênero na complexidade socioambiental e na educação ambiental emancipatória. Presentes ao longo da história dos conflitos rurais, as mulheres, no estado do Maranhão, dividiram o espaço de luta com os homens contra a posse de terras e, particularmente, na luta pela preservação dos babaçuais e pelo acesso a eles (BARBOSA, 2014). Marcadas por diversas formas de sujeição, as quebradeiras resistem e lutam pelo babaçu livre. Essas “mulheres que participam do MIQCB reivindicam serem definidas também como trabalhadoras rurais, uma vez que, tradicionalmente, configurou-se uma imagem do trabalho rural como masculino” (BARBOSA, 2014, p. 141), processo possibilitado pela consciência de seu valor e força como mulher, demarcando suas participações em reivindicações em manifestos públicos ou no cotidiano.

No universo pesqueiro, segundo Silvia Martinez e Luceni Hellebrandt (2019a), a presença das mulheres na cadeia produtiva da pesca artesanal é histórica e inclui todo o espectro das atividades relacionadas à pesca, como a confecção das redes de captura, a própria pesca, o processamento e a comercialização dos pescados. Apesar de notadamente plural, esse universo não é visto pelas diferentes instâncias da sociedade como uma atividade que inclui mulheres como trabalhadoras de pesca, e são, muitas vezes, relacionadas a simples “ajudantes”. Para as autoras, a invisibilidade das mulheres está associada tanto ao papel de divisão sexual do trabalho quanto à hegemonia, que na perspectiva de pesquisadores e pesquisadoras no campo de atividades pesqueiras, o papel masculino é comumente enfatizado e o papel das mulheres silenciado. Um panorama geral de abordagens específicas e aprofundadas sobre o papel das mulheres no âmbito pesqueiro brasileiro é detalhado por Martinez e Hellebrandt (2019b).

No contexto de mulheres pescadoras, Silva et al. (2015) discutem perspectivas de trabalho, gênero e a Educação Ambiental, nas quais tratam relações entre definições e políticas públicas na Educação Ambiental como prática social, com abrangência de

dimensões ambiental, socioeconômica e cultural em âmbito de sustentabilidade. Essas relações produzem implicações na abordagem de diversas formas de desigualdades imersas na complexidade das questões socioambientais, como as questões de gênero e de trabalho em comunidades tradicionais.

De acordo com o Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA), um dos princípios básicos da Educação Ambiental está para “[...] a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; [e a] vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais”. (BRASIL, 1999, p. 2).

Silva et al. (2015) relacionam o princípio do PNEA a uma das premissas de Educação Ambiental Crítica, indo ao encontro de Loureiro (2005, p. 69), que considera a Educação Ambiental Crítica “uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente”.

A expansão da agricultura capitalista sempre demandou a emergência de um movimento organizado e, segundo Barbosa (2014), as quebradeiras construíram um movimento em bases firmes, com elementos constituintes de todo o processo de afirmação das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Entre esses componentes, destaca-se a busca pela autonomia das quebradeiras em suas relações com seus companheiros e pela igualdade de espaços para participar nas tomadas de decisões familiares. A emancipação dessas mulheres na dimensão pública, enquanto movimento, não necessariamente atingiu mudanças na dimensão familiar: muitas ainda são desempoderadas em seu espaço familiar e ainda sofrem violência doméstica.

Para Barbosa (2014, p. 150), a violência doméstica

sempre foi uma barreira para as quebradeiras, pois muitas dizem que nem ousavam sair de casa para participar de reuniões para não se confrontarem com seus maridos/companheiros, enquanto outras, mesmo indo participar, não sabiam como seria quando voltassem para casa. [...] A maioria das quebradeiras não tinha o apoio de seus maridos/companheiros no início da mobilização.

Em manifestações culturais, as canções das quebradeiras, como a “Chama das mulheres”, mostram a busca pela integração de mais mulheres à luta do movimento dos trabalhadores rurais:

Oh! Mulher te chamo porque esta luta é tua
Deixa essa cozinha e vamos cair na luta
Essa luta é nossa, não desanime não.
As nossas palmeiras estão tudo no chão
Vamos dar um jeito que eu não agüento não
É pra nossos filhos, que dá sustento
Você que quebra o coco, cuida de menino
É que pra lavar roupa não é teu destino
Depois vai pra roça que situação
Vai quebrar o coco pra comprar o pão
A quebra do coco foi quem me criou
Diziam meus pais, também meus avós
Agosta estou vendo tudo acabando
É o fazendeiro quem está devorando. (BARBOSA, 2014, p. 148)

As produções musicais e artísticas das quebradeiras revelam a luta nas ações pela preservação ambiental, por questões de gênero, étnico-raciais e pelo reconhecimento como quebradeiras de coco – a sua identidade e o seu trabalho. Para Barbosa (2014, p. 142-143), “a identificação com o trabalho por parte dessas mulheres é fundamental para manter viva e intensa a sua mobilização, reforçando sua luta em direção à obtenção de políticas públicas”. A “Música do Movimento” reflete essa perspectiva e a abrangência do movimento interestadual:

Eu sou quebradeira, eu sou quebradeira, vim para lutar
Pelos meus direitos, pelos meus direitos vim reivindicar
Mais educação e saúde pra toda nação.
Eu sou quebradeira, eu sou mulher guerreira e venho do sertão.
No Tocantins tem quebradeira, no Piauí tem quebradeira, lá no Pará tem
quebradeira, no Maranhão estão as quebradeiras. (VEIQCB, 2004, apud BARBOSA, 2014, p. 142)

A luta socioambiental de mulheres refletida em arte e cultura também é conhecida para as mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e discutido por Monise Busquets (2020). O MAB constitui um movimento que, em um cenário de construções de

hidrelétricas, promove a luta por direitos ao território e aos recursos naturais, em especial, a água. As mulheres do MAB contam com uma série de ações que denunciam as violações de direitos humanos e ambientais relacionadas aos projetos de implantação de hidrelétricas. Dentre essas ações, a confecção de *Arpilleras* expressa as lutas das mulheres - por meio de linhas, agulhas e tecidos - em bordados de cenários que expõem o cotidiano nas comunidades, as contradições e as violações sofridas no processo de construção de hidrelétricas.

As mulheres quebradeiras de coco babaçu representam uma diversidade e, especialmente, mostram a força das mulheres como classe trabalhadora do campo. Evidenciam as mazelas do capitalismo, que atingem não apenas a natureza, mas também as suas formas de relações sociais e com o ambiente natural. Neste quadro, a Educação Ambiental, em sua vertente Crítica, pode potencializar a construção de um pensamento crítico das relações capitalistas de hierarquias e dicotomias, que culminam com a manutenção de relações alienadas.

Na agricultura capitalista, de degradação ambiental e social, as lutas camponesas no Brasil eram caracterizadas pela pobreza de relações sociais, pelo isolamento dos lavradores. As quebradeiras, mulheres extrativistas que se mobilizaram e organizaram coletivamente pelo MIQCB, em 1980, romperam com esta concepção e reafirmam a diversidade social dos trabalhadores do campo (BARBOSA, 2014).

De acordo com Loureiro (2015), a Educação Ambiental Crítica precisa colocar racionalmente sob discussão toda verdade socialmente apresentada, legitimada, e refutar todo e qualquer pensamento que dissocie sociedade de natureza, o que é fundamentado, segundo Layrargues e Lima (2014), com base na compreensão crítica das bases que favorecem e mantêm a acumulação do Capital e as relações de dominação e expropriação. Para tanto, a Educação Ambiental Crítica parte de uma pedagogia teórico-prática que é política, transformadora e comprometida com as classes populares, aqui representadas por povos tradicionais, em busca da superação das injustiças sociais e ambientais.

Considerações Finais

A trajetória de cultura e lutas das quebradeiras de coco babaçu permite compreender a existência de diferentes modos sustentáveis de vivência com a natureza, modos que superam a relação capitalista predatória. Trata-se de um modelo de harmonia com o território, respeitando os seus ciclos e particularidades. Essa relação é refletida em conservação e manutenção da biodiversidade local a longo prazo.

Novas relações com a natureza acompanham novas relações em sociedade, relações que vão além do tipicamente capitalista, promovedoras do empobrecimento e do adoecimento do solo e do trabalhador, denunciadas pelas quebradeiras ao longo de suas trajetórias. As mulheres quebradeiras mostram novas formas de viver o trabalho, intrinsecamente relacionadas ao território e à sua visão de mundo, tornando-as instrumentos de afirmação e reafirmação da existência do papel das mulheres no campo, na preservação da biodiversidade e nas lutas sociais.

Por meio desse (re)conhecimento, outras epistemologias críticas em Educação Ambiental podem ser propostas, facilitadas por aproximações teóricas e metodológicas para e com os povos tradicionais, para e com as quebradeiras de coco babaçu em comunidades e/ou em cenário escolar. Essas aproximações potencializam a abordagem das origens dos problemas socioambientais a partir: (1) das muitas contradições do sistema capitalista de desenvolvimento, necessária à compreensão do papel das relações sociais na crise constituída; e (2) de proposições de diferentes formas de ver e viver a natureza e a sociedade, um modelo de saída do labirinto capitalista, e um modelo para as sociedades sustentáveis.

As mulheres quebradeiras de coco de babaçu fazem parte das possibilidades de uma educação transformadora que aborda o contexto histórico de conflitos sociais no campo, e das relações do ser humano em sociedade e com a natureza em todas as suas contradições e injustiças. Essas mulheres expõem novas formas de viver as relações sociais e ambientais, em que se objetiva uma sociedade culturalmente diversa, socialmente justa e ecologicamente sustentável.

Referências

BARBOSA, Viviane Oliveira. **Na Terra das Palmeiras: Gênero, Trabalho e Identidades no Universo das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão**. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei nº 9.795, de 27/04/1999.

BUSQUETS; Monise Vieira. Bordando a luta: O Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens e as oficinas de Arpilleras como estratégia de mobilização social. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, v. 12, n. 23, p. 153-176, 2020.

DIEGUES, Antônio Carlos. Desenvolvimento sustentável ou sociedade sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

EMPERAIRE, Laure. Agrobiodiversidade e roças. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina (orgs). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. São Paulo: SBPC, 2021. p. 18-56.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. *In*: LAYRARGUES, P. P. (Org.). **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, Edições MMA, 2004. p. 25-35.

GUIMARÃES, Mauro. A armadilha paradigmática na Educação Ambiental. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico. LAYRARGUES, Phillipe Pommier. CASTRO, Ronaldo. (orgs.). **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2. ed., 2011. p. 15-30.

GUIMARÃES, Mauro. MEDEIROS, Heitor Queiroz. Outras epistemologias em educação ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, Edição especial, p. 50-67, 2016.

LAYRARGUES, Philippe Pommier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico. LAYRARGUES, Phillipe Pommier. CASTRO, Ronaldo. (Orgs.). **Pensamento Complexo, Dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2. ed., 2011. p. 72-104.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LEFF, Enrique. **A aposta pela vida**: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Teoria Crítica. *In*: FERRARO-JÚNIOR. (Org.). **Encontros e Caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 324-332.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Karl Marx: história, crítica e transformação social na unidade dialética da natureza. *In*: **Pensar o Ambiente**: bases filosóficas para a Educação Ambiental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006. p. 125-138.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Educação Ambiental e Epistemologia Crítica**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, v. 32, n. 2, p. 159-176, 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Educação Ambiental**: questões de vida. São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Contribuições teórico-metodológicas para a educação ambiental com povos tradicionais. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, número especial, p. 133-146, 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico. LIMA, Jaqueline Girão. Educação ambiental e educação científica na perspectiva Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS): pilares para uma educação crítica. **Acta Scientiae**, Canoas, n. 1, v. 11, p. 88-100, 2009.

MARTÍNEZ, Alícia Silvia; HELLEBRANDT, Luceni. Mulheres na atividade pesqueira no Brasil: uma introdução. *In*: **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019a.

MARTÍNEZ, Alícia Silvia; HELLEBRANDT, Luceni. **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes, RJ: EDUENF, 2019b.

MARX, Karl. ENGELS, Frederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **O capital**, livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2ª ed., 2017.

OLIVEIRA, Carolina Alves; ROJAS, Luz Ángela; PRADA, Katiuska Andrea; SALGADO, Stephanie Di Chiara. O que os Movimentos de Mulheres e os Ecofeminismos do Sul nos ensinam? Apontamentos para a Educação Ambiental de Base Comunitária. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Número Especial, p. 180-204, 2020.

SILVA, Elisa Marie; NAPOLITANO; Juliana Elisa; BASTOS, Silvana; (org.). **Pequenos projetos ecossociais de quebradeiras de coco babaçu**: reflexões e aprendizados. Brasília, ISPN: 2016.

SILVA, Ana Gabriela; NUNES, Carla Andressa; LOUREIRO, Carlos Frederico; SANTOS, Maria Naislane; SANTOS, Ticiane Pereira. O trabalho enquanto mediação necessária aos processos da organização política de mulheres pescadoras em programas de educação ambiental. *In*: LOUREIRO, Carlos Frederico; SÁNCHEZ, Celso; ACCIOLY, Inny Bello; COSTA, Rafael Nogueira. (org.). **Pensamento Ambientalista numa sociedade em crise**. Macaé: NUPEM/UFRJ, 2015. p. 137-155.

VIEIRA, Fabio Pessoa; SOUZA, Lucas Barbosa e. A educação ambiental com as comunidades tradicionais: outras trajetórias de sustentabilidades. **Notandum**, Maringá, n. 47, p. 153-173, 2018.

Submetido em: 18-06-2022

Publicado em: 14-04-2022